

***A língua brasileira no MERCOSUL.
Instrumentalização da língua nacional em espaços de enunciação ampliados***

Políticas de integração regional

O trabalho de pesquisa que aqui apresentamos focaliza um momento específico da história da língua portuguesa no Brasil e da constituição de um saber metalingüístico sobre ela. Esse momento se origina no fim dos anos 80, adquire força durante a década de 90 com os Tratados do MERCOSUL -que constroem um novo espaço de cooperação internacional entre os países do Cone Sul-, e se desenvolve amplamente até os dias de hoje. Esses tratados de integração política, econômica, cultural e educativa, que deram origem ao MERCOSUL enquanto novo espaço geopolítico transnacional, ocasionaram como efeito uma mudança na política oficial de ensino de segunda língua nos diversos níveis de educação formal dos países envolvidos, que passaram a incluir como disciplina obrigatória nos currículos escolares o aprendizado da língua espanhola (para os luso-falantes) ou portuguesa (para os hispano-falantes).

Este fato confrontou inicialmente os Estados com uma realidade de carência de meios materiais para o cumprimento de tal legislação: faltavam professores qualificados, materiais didáticos apropriados, instrumentos lingüísticos específicos. Como consequência, se desenvolveram de início algumas políticas emergenciais de formação de professores e produção de materiais didáticos, porém de maneira desigual nos dois espaços lingüísticos envolvidos no processo. O Brasil se inseriu nesse processo ativamente, tomando medidas a partir do Estado em relação à produção de instrumentos lingüísticos específicos e próprios, como por exemplo o CELPE-BRÁS, o exame de proficiência em língua portuguesa desenvolvido inteiramente por uma comissão de especialistas brasileiros para ser aplicado por instituições oficiais brasileiras. Em meados da década dos anos 90, começaram a aparecer iniciativas de ensino formal para a formação de professores em português como língua estrangeira (LE), através do fortalecimento de disciplinas em cursos já existentes, da criação de novas habilitações e cursos de licenciatura e da produção de numerosos trabalhos acadêmicos e projetos de pesquisa sobre o tema. Multiplicaram-se, também, as publicações e eventos científicos focalizados nessa temática, criando-se inclusive uma associação científica exclusivamente voltada ao assunto (a SIPLE- Sociedade Internacional de Português Língua Estrangeira), ampliando e fortalecendo, desta maneira, a inserção da discussão do português como LE na comunidade científica nacional.

Do lado hispano-falante, iniciativas nesse sentido foram mais tardias e desarticuladas, embora elas fossem discutidas e altamente recomendadas em âmbitos especializados como o MERCOSUL Educativo (MEC) e a Associação de Universidades Grupo Montevideo (AUGM). Esta disparidade no processo de instrumentalização das línguas espanhola e portuguesa enquanto línguas transnacionais no *espaço de enunciação*¹ do MERCOSUL já foi apontada por alguns pesquisadores da área e comentada em termos históricos (diferente relação dos territórios colonizados com a metrópole) e/ou geo-lingüísticos (dispersão ou concentração dos centros de produção e difusão das respectivas línguas e culturas em diferentes Estados nacionais da América Latina; maior ou menor grau de diferenciação das variantes latino-americanas dessas línguas em relação às variantes européias). Prova desta disparidade de reação face às novas demandas ocasionadas pelo MERCOSUL a encontramos nas dificuldades sofridas pelos países hispano-falantes para desenvolver um exame de proficiência próprio da região, que pudesse concorrer com o Exame aplicado pelo Colégio Cervantes, promovido e subvencionado explicitamente pelo governo espanhol. Apesar de várias iniciativas no sentido de produzir um exame unificado, até o momento só contamos com um único exame reconhecido oficialmente pelos governos argentinos e brasileiros: trata-se do CELU, elaborado pelo Laboratório de Idiomas da Universidad de Buenos Aires, a partir do modelo do CELPE-BRAS e da assessoria dos realizadores deste exame de proficiência brasileiro.

No nosso projeto de pesquisa abordamos esta temática a partir de um ângulo teórico e metodológico recentemente desenvolvido no campo das ciências da linguagem, que tematiza o estudo dos processos de gramatização/instrumentalização das línguas e de seus efeitos tanto na produção de conhecimento científico sobre elas quanto na constituição de um imaginário de língua nacional e sua intervenção efetiva nos processos de construção dos Estados e identidades nacionais. Interessa-nos, principalmente, observar o processo de instrumentalização do português brasileiro (PB) como língua estrangeira (LE) no novo espaço de enunciação configurado pelo MERCOSUL, dado que este apresenta características diferenciais se comparado com o processo de instrumentalização da língua espanhola como LE nos países vizinhos.

A partir desses fatos, é possível refletir sobre os efeitos produzidos nos processos de gramatização do português no Brasil como efeito da mudança da hiperlíngua brasileira², inserida agora de maneira ativa num espaço

¹ O conceito de espaço de enunciação, definido por Guimarães (2002), se refere aos “espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, re-dividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços habitados por falantes, ou seja, por sujeito divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer”.

² O conceito de hiperlíngua (Auroux, 1992) designa o espaço/tempo estruturado em que uma língua se manifesta enquanto fato histórico. Ela comporta diferentes indivíduos que mantêm entre si relações sociais e de comunicação em ambientes determinados, efetuadas sobre a base de competências lingüísticas individuais não idênticas; estabelecendo uma relação

geopolítico não mais nacional, mas transnacional. Comparando rapidamente com os processos de gramatização do espanhol nesse mesmo espaço/tempo, podemos levantar a hipótese de que o que caracterizaria o processo brasileiro é a construção de uma *posição de autoria* em relação ao saber metalingüístico e a produção de instrumentos lingüísticos da própria língua, que consistiria em configurar um lugar de enunciação institucional e internacionalmente legitimado que autoriza um saber sobre a língua nacional passível de ser exportado.

Processos de instrumentalização da língua e políticas lingüísticas

O campo teórico de *História das Ciências da Linguagem* se caracteriza no Brasil por trabalhar a história da produção de idéias lingüísticas no país, aí compreendidos os instrumentos tecnológicos (como gramáticas, dicionários, exames de proficiência, nomenclaturas oficiais, acordos ortográficos, currículos escolares, entre outros), e o processo de constituição da língua nacional, visando conhecer a língua e o saber que se constrói sobre ela ao mesmo tempo em que se pensa a formação da sociedade e dos sujeitos que nela existem, tematizando, assim, a relação Língua/Nação/Estado e o cidadão que essa relação constitui.

“Com efeito, quando pensamos a língua nacional não pensamos a história da gramática em si mas, pela análise do discurso, pensamos a construção de um imaginário lingüístico que faz parte da definição do brasileiro” (Orlandi, 2000b:16).

Uma característica dessa abordagem é se diferenciar dos estudos desenvolvidos a partir de uma perspectiva historiográfica:

“Não se trata de uma história da Lingüística, externa, o que poderia ser feito por um historiador da ciência simplesmente. Trata-se de uma história feita por especialistas da área e portanto capazes de avaliar teoricamente as diferentes filiações teóricas e suas conseqüências para a compreensão do seu próprio objeto, ou seja, a língua” (Orlandi, 2000a:16).

Este novo campo de saber se caracteriza por considerar o domínio dos fenômenos da linguagem como espaço de produção de tecnologias que mudam radicalmente a relação do homem com suas condições materiais de existência, analisando a invenção da escrita e o surgimento das primeiras gramáticas e vocabulários como verdadeiras revoluções tecnológicas que decidiram o destino do homem na sua relação com os objetos simbólicos e com as formas de organização social. O conceito de gramatização designa este processo de instrumentalização de uma língua através de gramáticas, dicionários, vocabulários, etc. Estes instrumentos lingüísticos modificam os espaços de comunicação (hiperlínguas) e a relação estabelecida pelo sujeito falante com uma língua (materna ou estrangeira).

As pesquisas desenvolvidas no Brasil demonstraram que esse processo de gramatização faz parte dos processos discursivos de constituição da língua nacional e através deles, da própria constituição do cidadão brasileiro, na sua relação com Estado. Assim, a construção de um imaginário de língua nacional, com seus atributos de unidade, uniformidade e universalidade, é efeito do processo de gramatização e interfere eficazmente na relação que o brasileiro mantém com a sua língua. Vemos, então, que a produção de um saber metalingüístico está materialmente ligada a produção de efeitos imaginários que atuam através das políticas de línguas do Estado, configurando lugares de enunciação para os brasileiros em relação a sua própria língua. Esses lugares dizem a respeito tanto das imagens de “competência lingüística” tidas pelos falantes (falar bem/errado, falar bonito/feio, etc.) quanto das imagens de “competência epilingüística” conseqüência das anteriores (hipercorreção, “lingüística popular”), especificamente no que tange a relação do português com outras línguas (língua fácil/difícil, compreensível, transparente, semelhante, etc). O que define, então, os estudos desenvolvidos no Brasil sobre a produção de um saber metalingüístico e de políticas lingüísticas para a *língua brasileira* é a consideração da relação necessária e constitutiva do processo de gramatização da língua com os processos históricos de constituição do Estado e da identidade nacionais. Assim, considera-se que o estudo e descrição dos trajetos percorridos pela língua no seu processo de gramatização fornece elementos para a compreensão dos processos de construção de um lugar para o cidadão brasileiro³, lugar este necessariamente predicado pela relação que estabelece com a língua do Estado. Conseqüentemente, investigam-se os instrumentos lingüísticos (vocabulários, dicionários, gramáticas, manuais de ensino, exames de língua) e as instituições vinculadas a sua produção e circulação (academias, colégios, universidades, centros de pesquisa, associações científicas, órgãos administrativos do governo, editoras, imprensa), enquanto objetos/lugares simbólicos que intervêm efetivamente na constituição e legitimação de uma posição de autoria para o cidadão brasileiro em relação à língua portuguesa, no contato que ela estabelece com outras línguas na história e nos espaços geopolíticos por ela ocupados.

Numerosos são hoje os trabalhos de autores brasileiros que desenvolveram esta temática. Esses trabalhos se debruçam principalmente sobre materiais discursivos produzidos a partir do séc. XVI, com especial ênfase naqueles datados do séc. XIX. Privilegia-se o estudo da produção de instrumentos lingüísticos (principalmente gramáticas e dicionários) no Brasil por autores brasileiros e a exploração dos processos de criação de colégios,

imaginária com os instrumentos lingüísticos que gramatizam uma língua; Portanto, o espaço/tempo em relação à intercomunicação humana, não é vazio, ele dispõe de uma certa estrutura que os objetos e os sujeitos que o ocupam lhe conferem. Tal estrutura muda quando um dos elementos acima relacionados sofre alguma alteração. A relação entre ambos conceitos (de gramatização e de hiperlíngua) se dá pela hipótese (constatada através de numerosas pesquisas no Brasil e na França) de que a gramatização não deixa os espaços de comunicação inalterados: ela produz instrumentos lingüísticos que figuram na hiperlíngua e modificam sua estrutura.

³ “A identidade lingüística, a identidade nacional, a identidade do cidadão na sociedade brasileira traz entre os componentes de sua formação a constituição (autoria) de gramáticas brasileiras no s. XIX”, Orlandi, 2000^b: p.28.

academias e exames/planos de ensino oficiais através dos quais um saber autóctone sobre a língua nacional ganha legitimação através da sua institucionalização. Assim, os trabalhos realizados até agora concentram-se na descrição do processo de constituição ao longo dos séculos de uma posição de autoria para o cidadão brasileiro em relação à produção de saber sobre a língua portuguesa no Brasil, centrando a análise na construção do lugar de enunciação do gramático e do lexicógrafo (em contraponto com o filólogo e o linguísta) principalmente durante o século XIX e na caução linguística que sofre esse lugar a partir da institucionalização do ensino da Linguística no Brasil a partir do século XX. Diversos autores esquematizam esses processos propondo diferentes periodizações, que apresentamos a seguir.

Gramatização da língua brasileira

Guimarães (2004), ao realizar uma sinopse dos estudos do português no Brasil propõe considerar quatro períodos que permitiriam refletir sobre o processo de gramatização brasileira do Português. Esta periodicização é feita de forma cronológica, levando em conta a aparição de diversos instrumentos linguísticos, tais como gramáticas e dicionários, e a ocorrência de *acontecimentos linguísticos*⁴ como a fundação de academias, faculdades, início da imprensa, etc. Os quatro períodos são:

- 1- da “descoberta” até o início da segunda metade do s. XIX: se caracteriza, basicamente, por não haver ainda estudos sobre a língua portuguesa feitos no Brasil. No fim do período, se iniciam debates entre brasileiros e portugueses a propósito de construções consideradas inadequadas por escritores e gramáticos portugueses;
- 2- do início da segunda metade do s. XIX até fins dos anos 30 do s. XX: se caracteriza pelo início de estudos sobre o português do Brasil e pela publicação das primeiras gramáticas produzidas no Brasil, pela fundação da Academia Brasileira de Letras e pelos debates em torno da diferença entre o português do Brasil e o de Portugal;
- 3- de fim dos anos 30 até década de 60 do s. XX: se inicia com a criação dos Cursos de Letras no Brasil e se estende até que a Linguística se torna disciplina obrigatória para os Cursos de Letras no Brasil por decisão do Conselho Federal de Educação em 1962.
- 4- de meados dos 60 do s. XX até hoje: se caracteriza pela institucionalização da Linguística através de sua implantação em todos os cursos de graduação e da implantação de cursos de Pós-graduação em Linguística no Brasil.

Essa periodicização mostra um trajeto que começa com a ausência de uma produção nacional de saber metalinguístico até a institucionalização desse saber como disciplina científica nas universidades brasileiras. Mostra também uma forte relação entre esse processo de produção de conhecimento e de instrumentos linguísticos e os processos de independência política e cultural do Brasil, desde os primeiros movimentos libertários até a consolidação do Estado. Neste sentido, Guimarães (2004: 44) conclui:

“Em outras palavras, o que vemos é uma história em que o Brasil, a partir de suas questões, promove o seu domínio crescente dos meios de produção de conhecimento e de constituição de uma comunidade científica própria. E esta história é diretamente dirigida pelas questões próprias do Brasil: No caso que tratamos aqui: a assunção de uma língua nacional e depois um conhecimento sobre a língua, sobre sua história, sobre sua diversidade, sobre seu funcionamento e o da linguagem em geral”.

Por outra parte, o mesmo autor propõe cruzar essa periodização temporal com uma organização dos dados em recortes de *significação*, independentes da época, considerando:

- 1- por um lado, os autores e/ou instrumentos linguísticos que defendem uma especificidade do Português do Brasil em oposição ao Português do Portugal, em contraponto com aqueles que defendem a unidade linguística de ambos países e línguas;
- 2- por outro lado, os autores e/ou instrumentos linguísticos que produzem saber metalinguístico e uma imagem da língua nacional sob a caução conceitual de uma posição teórica definida, em contraponto com aqueles que não se filiam explicitamente a nenhuma teoria ou corrente de pensamento.

Nesta periodização proposta por Guimarães (2004) podemos observar os trajetos percorridos ao longo da história na produção de um saber sobre a língua portuguesa no Brasil, que possibilita constituir um corpo de conhecimentos metalinguísticos sobre a língua nacional e, ao mesmo tempo, instituir legitimamente a existência de uma especificidade e diferença constitutiva para essa língua, que se consolida, assim, enquanto língua nacional, como atributo definidor do cidadão brasileiro.

- 1- Dentro desse vasto percurso, o trabalho de Leite (1999) sobre a configuração do purismo brasileiro explora o processo de produção da norma para a língua escrita no Brasil e sua relação com o lugar dos estudos filológicos, gramaticais e sobretudo literários no país. A autora considera que, embora no século XVIII já existisse uma preocupação dos estudiosos com a preservação do “bom português”, é só no século XIX que essa preocupação vai se manifestar através de uma reflexão e conceituação via metalinguagem, dando lugar ao *purismo*. Nessa periodização, a autora dá especial destaque aos processos desenvolvidos no século XX, distinguindo os seguintes momentos (Leite, op.cit:53):

⁴ Guilhaumou (1997) define o conceito de *acontecimento linguístico* em relação ao conceito de hiperlíngua que explicitamos acima. Com este conceito, Guilhaumou almeja destacar a importância de considerar na descrição dos processos de gramatização os espaços intersubjetivos propícios à inovação linguística, valorizando o aspecto inovador, particularmente no plano teórico, da consciência linguística dos sujeitos falantes em relação à própria língua e o funcionamento dos instrumentos linguísticos na produção de reconfigurações criativas do processo de gramatização. Neste sentido, o conceito de *acontecimento linguístico* se relaciona com seu conceito de *acontecimento discursivo* (Guilhaumou, op.cit.), o qual é pensado como o momento de emergência de formas singulares de subjetivação.

1- a *exacerbação purista lusitanizante* (1900-1920), centrada na polêmica entre Rui Barbosa e Carneiro Ribeiro;

2- a *implantação de uma norma lingüística brasileira* (1920-1930), descrita a partir dos escritos de Monteiro Lobato e Mário de Andrade, focalizando especialmente a tentativa deste último de instituir uma norma genuinamente brasileira;

3- a *busca do equilíbrio* (1930-1960), pela fixação de uma norma brasileira através da escrita do gênero da crônica; e

4- a *aproximação fala/escrita* (1960 em diante), estudando a repercussão de alguns preceitos da Sociolingüística no uso e na instituição de uma norma para a língua brasileira.

Coincidentemente com a proposta de Guimarães, a periodização apresentada por Leite (op.cit.) escande o processo de gramatização brasileiro dando destaque aos momentos de constituição de uma *posição de autoria* para o filólogo e especialmente para o escritor literário brasileiros, que definem através da sua prática de escrita e de sua reflexão metalingüística a norma para a língua nacional do Brasil.

É em Orlandi (2000) que encontramos tematizada explicitamente a questão da *autoria* do brasileiro em relação à produção de conhecimento metalingüístico sobre a própria língua. A autora, ao analisar o mesmo trajeto temporal explorado por Guimarães (2004) e Leite (1999), chama a atenção para a construção histórica de uma *posição de autoria* que define o lugar do gramático brasileiro. Essa posição de autoria se caracterizaria como “*un lugar de produção legítima de conhecimento sobre a língua que corresponde a um gesto de apropriação dessa língua*” (Orlandi, 2000:28). A autora cita um enunciado de Macedo Soares que materializa o funcionamento discursivo dessa posição: *Escrever-se como se fala no Brasil e não como se escreve no Portugal*. Segundo a autora, é a partir dessa posição de autoria que se dá a relação do sujeito com o Estado através da língua.

“A gramatização do português brasileiro, mais do que um processo de construção de um saber sobre a língua nacional, tem como consequência algo mais substancial e definidor: a constituição de um sujeito nacional, um cidadão brasileiro com sua língua própria, visível na gramática. São processos de individualização que são desencadeados: individualiza-se o país; individualiza-se seu saber; individualiza-se seu sujeito político e social”(op.cit.,p.28)

Analisando o movimento dessa posição de autoria na passagem do s. XIX ao s. XX, a autora chega a duas conclusões:

1- a autoria em relação à produção de um saber sobre a língua se desloca da posição do gramático no s. XIX (que ao descrever a língua DO Brasil, na sua diferença constitutiva face ao português do Portugal, cria as condições para a constituição da língua nacional e dá suporte, dessa maneira, para os processos de instauração/consolidação do Estado brasileiro) para a posição do lingüista no s. XX, intermediada essa passagem pelo funcionamento do Estado (na implementação de políticas lingüísticas⁵) e os processos de institucionalização do saber metalingüístico⁶.

2- nessa posição de autoria há uma trajetória de desenvolvimento marcada pela implementação da cientificidade: se observa um deslizamento cada vez mais forte de uma posição política e intelectual para uma posição marcadamente científica da questão posta pela língua.

Tomando por base as periodizações apresentadas pelos autores comentados, é possível observar que os trabalhos dedicados ao estudo do processo de gramatização do português brasileiro se concentram na descrição dos acontecimentos lingüísticos do século XIX e da primeira metade do século XX. São comparativamente poucos os trabalhos que tematizam a construção de novos instrumentos lingüísticos no fim do século XX (no geral, os estudos centrados neste século trabalham primordialmente a institucionalização da Lingüística nas estruturas formais de ensino) e que desenvolvam uma reflexão sobre as consequências históricas e ideológicas do desenvolvimento atual desse processo em relação à posição de autoria descrita para o período que abarca o fim do século XIX e início do século XX.

É justamente visando fornecer subsídios para a descrição e discussão do processo de gramatização do português brasileiro neste último período (fim de século XX e início do século XXI) tão escassamente estudado que desenvolvemos nossa pesquisa atual Colocamos, portanto, o foco de nossa investigação no estudo dos efeitos produzidos no processo de gramatização do português brasileiro pelas decisões de política lingüística tomadas pelo Estado nacional a partir da assinatura dos tratados de integração política, econômica e cultural do MERCOSUL. Em especial, estudamos os deslocamentos de sentido produzidos na *posição de autoria* ocupada pelo cidadão brasileiro (a partir de sua identificação com os lugares de enunciação do legislador, do gramático, do escritor literário, do filólogo, do lingüista, do professor de língua e do falante comum) pela mudança da hiperlíngua brasileira e do espaço de enunciação do português do Brasil. Esta posição de autoria, já desenvolvida historicamente (principalmente no séc. XIX e XX) em relação à língua brasileira definida como língua nacional, é agora *transferida* para um novo espaço geopolítico que configura a língua brasileira como língua transnacional. Em outras palavras, refletimos sobre os processos de *transferência* de um saber

⁵ Temos alguns exemplos na Nomenclatura Gramatical Brasileira, instituída por decreto; nas medidas de interdição de línguas estrangeiras durante o governo Vargas, e mais recentemente, nos fatos que são objeto dessa pesquisa, as portarias do MEC através das quais se oficializa o CELPE-BRAS como exame de proficiência de língua portuguesa oficial (do Estado brasileiro) e se instala uma comissão permanente para elaboração e aplicação desse exame.

⁶ Orlandi resume esse movimento através da oposição de dois enunciados *a língua DO Brasil*, que representa o primeiro momento desse movimento (s. XIX) e *a língua NO Brasil*, que representa o segundo movimento (s. XX).

metalinguístico já produzido em torno das querelas sobre a língua nacional para a produção de instrumentos linguísticos que agem em um território ampliado, no novo espaço de enunciação transnacional.

Certificação da língua brasileira, autoria e identidade nacional

Este novo momento processo de gramatização da língua brasileira caracterizado pelo preenchimento de uma posição de autoria pelo Estado e cidadãos brasileiros em relação à língua nacional se evidencia fortemente nos gestos de políticas linguísticas realizados em torno da elaboração e implementação do CELPE-BRAS, o único certificado de proficiência do português como língua estrangeira reconhecido pelo governo brasileiro e aplicado em diversas universidades e centros de ensino do país e do exterior. Este exame é desenvolvido e outorgado pelo Ministério de Educação e aplicado com o auxílio do Ministério de Relações Exteriores do Brasil⁷. Em primeiro lugar, o início do processo de elaboração do exame se deu a partir de uma portaria da Secretaria de Ensino do Ministério da Educação, em 1993, convocando uma comissão de especialistas de diversas universidades do país. O exame, portanto, é oficialmente resultado da iniciativa do Estado brasileiro no sentido de ocupar o lugar de certificação do domínio da língua portuguesa para efeitos de ensino, aprendizado e outros no país. Embora a análise dos documentos existentes e as entrevistas realizadas com alguns membros dessa comissão apontem a existência de precedentes ou iniciativas anteriores por parte de universidades públicas do país, e de uma forte demanda de alguns integrantes da comunidade acadêmica no sentido de desenvolver um exame de proficiência unificado e próprio, a página web oficial do exame e todos os documentos oficiais nos que se inclui um breve relato histórico de sua implementação, silenciam ou apagam completamente esses antecedentes. Todos os créditos pela elaboração, implementação e aplicação do exame são atribuídos no expediente a membros do governo vigente, cujos cargos aparecem claramente explicitados respeitando a hierarquia das funções conforme o organograma do Estado. Desta forma, os dados de expediente começam com a alusão direta ao Presidente da Nação e termina com os nomes dos integrantes da comissão. Nenhuma outra instituição brasileira diferente do governo federal através de seus ministérios é nomeada no manual como responsável pelo exame. Este silenciamento, que sustenta não só as retrospectivas históricas mas também a própria configuração do expediente presentes nos documentos oficiais, permite produzir o efeito fundacional (Zoppi-Fontana, 1997) que instaura o exame como *acontecimento linguístico*, que consiste na constituição do Estado brasileiro como centro irradiador de conhecimento científico legítimo sobre a língua portuguesa DO Brasil e como instância de reconhecimento e certificação institucional e acadêmica do conhecimento de sujeitos estrangeiros sobre a língua nacional. Este acontecimento linguístico não só sinaliza um movimento no processo de gramatização da língua brasileira mas aponta sobretudo para uma nova forma de preenchimento da posição de autoria produzida, como vimos, por sucessivos movimentos de separação em relação ao Portugal a partir do século XIX. A consolidação dessa posição de autoria coloca o Brasil no epicentro da lusofonia, retirando Portugal desse lugar. A ilustração da capa do manual do candidato do CELPE-BRAS é explícita em relação a essa mudança. Nela aparece um mapa-mundi que apresenta no *centro* da imagem o desenho do Brasil destacado em amarelo (em contraste com a cor verde do resto⁸), configuração esta que rompe com a distribuição espacial dos países e continentes mais usual neste tipo de representação cartográfica. Partindo do centro do Brasil, a imagem mostra uma série de círculos concêntricos de diâmetro cada vez maior conforme mais se distanciam, simulando, desta maneira, ondas de irradiação e impacto, que originadas na capital do Brasil, alcançam o resto do planeta, especialmente África, Europa e América do Norte. Na quarta capa do mesmo manual, o recorte do mapa é diferente, abrangendo somente o continente americano, porém continua explícita a representação do Brasil como centro irradiador de conhecimento sobre a língua portuguesa. Estes dois recortes cartográficos funcionam como simbolização imagética dos dois espaços de enunciação que configuram discursivamente o processo de gramatização do português brasileiro como língua estrangeira, tal como aparecem significados no acontecimento linguístico do CELPE-BRAS: um espaço de enunciação transnacional amplo que relaciona o Brasil com o mundo e um espaço de enunciação regional, configurado pelas relações do Brasil com a América hispano-falante e mais especificamente com os países integrantes do MERCOSUL. Dois espaços que declinam diferentemente a posição de autoria: em relação ao mundo, o CELPE-BRAS representa o Estado brasileiro na posição de metrópole dos movimentos contemporâneos de globalização linguística do português; em relação à América hispano-falante, o lugar do Brasil é significado como de liderança dos processos de integração e de vanguarda em relação à autonomia linguística.

Referências bibliográficas

- Auroux, S. (1992) *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Diniz, L.R. & M. Zoppi-Fontana (2006) "Políticas linguísticas no MERCOSUL: o caso do CELPE-BRAS" In: *Línguas e Povos: unidade e diversidade*. João Pessoa, GELNE/ Idéia, 2006. pp.150-156.
- Guilhaumou, J. (1997) "Vers une histoire des événements linguistiques. Un nouveau protocole d'accord entre l'historien et le linguiste". In: *Histoire, épistémologie, Langage*, 18/II: 103-126. Paris, SHESL, PUV.
- Guimarães, E. (2002) *Semântica do Acontecimento*. Campinas, Pontes.
- (2004) *História da Semântica. Sujeito, sentido e gramática no Brasil*. Campinas, Pontes.
- Leite, M. Q.(1999) *Metalinguagem e discurso. A configuração do purismo brasileiro*. São Paulo, Humanitas.

⁷ Os resultados a seguir fazem parte da pesquisa de iniciação científica (processo FAPESP: 04/13518-9) desenvolvida por Leandro Rodrigues Alves Diniz sob minha orientação como integrante do projeto que aqui apresentamos. Retomamos também os resultados apresentados em Diniz, L. R. A. & M. Zoppi Fontana (2006) e acrescentamos algumas interpretações próprias.

⁸ Importa lembrar que verde e amarelo são as cores da bandeira nacional e simbolizam a nacionalidade brasileira.

Orlandi, E. (2000a) "Metalinguagem e gramatização no Brasil: Gramática-filologia-Linguística". In: *Revista da ANPOLL*, 8. São Paulo, Humanitas; (2000b) "O Estado, a Gramática, a autoria: Língua e conhecimento lingüístico". In: *Línguas e Instrumentos lingüísticos*, 4/5. Campinas, Pontes/HIL.

Zoppi-Fontana, M. (1997) *Cidadãos modernos. Discurso e representação política*. Campinas, Editora da Unicamp.